

PASTORAL DA
Terra

CONFLITOS

BRASIL NO 2024

CAMPO

Foto: João Paulo Guimarães | Arte: Estúdio Massa

DA REDAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Neste ano jubilar, é tempo de celebrar as resistências e as histórias daqueles que ousam lutar

“[...] Elizabeth Teixeira / É o seu aniversário / A luta ganha o presente / Vivendo esse centenário / Lenda viva em meu país / De um povo humilde e feliz / Faz a luta necessária / Seu discurso é verdadeiro / O estado brasileiro / Nunca fez reforma agrária. / [...] O campo enverdeceu / Elizabeth venceu / Na vida uma quimera / És mulher batalhadora / Pra sempre merecedora / Das flores da primavera.”
(Elizabeth Teixeira 100 Anos - João Muniz)

Ruben Siqueira, agente da CPT há 44 anos, prestando serviço em todas as suas instâncias, principalmente no Regional BA

Edição: Heloisa Sousa

O ano de 2025, em que comemoramos **50 anos** da Comissão Pastoral da Terra, é também de celebrar os 40 do seu setor de documentação, criado em 1985, com a publicação de seu primeiro Caderno de Conflitos em 1986. Coincidentemente, em 27 de fevereiro último, “encantou-se”, aos 88 anos, o p. **Mário Aldighieri**, o seu iniciador. Por tantos suficientes motivos, este Caderno de Conflitos, referente a 2024, além de denúncia e anúncio como sempre, é também de celebração jubilar.

Consta que o p. Mário, desde que chegou como secretário-executivo nacional da CPT, em 1979, passou a anotar os relatos de conflitos agrários trazidos nas

reuniões ordinárias dos diretores da CPT, vindos das Grandes Regiões do país em que ela se organiza. Sob a censura imposta aos meios de comunicação pela Ditadura Civil-Militar de 1964, isso não era notícia e nem havia outras fontes de informação confiáveis. O primeiro Caderno era basicamente de suas anotações e inaugurou o setor de documentação, que, em 2013, passou a ser chamado **Centro de Documentação Dom Tomás Balduino**, em homenagem a um dos criadores da CPT, que veio a falecer no ano seguinte.

Duas mulheres de luta também merecem ser aqui lembradas: ir. **Dorothy Stang**, da CPT Pará, no 20º ano de seu assassinato, pelo qual mandantes e executores que foram condenados logo foram soltos; e **Elizabeth Teixeira**, a histórica líder das Ligas Camponesas, “mulher marcada para viver”, no seu 100º

aniversário. E mais um homem – **Antônio Canuto**, um dos criadores da CPT e dos seus agentes mais contínuos, dedicados e fiéis, inclusive na documentação de conflitos, falecido em 03/12/24.

Jubileu na tradição bíblica, conforme o capítulo 25 de Levítico, era “ocasião para restabelecer uma correta relação com Deus, entre as pessoas e com a criação, e implicava a remissão de dívidas, a restituição de terrenos arrendados e o repouso da terra”. É nesta perspectiva e intenção que a CPT celebra seu cinquentenário com o **V Congresso Nacional**, a ser realizado entre os dias 21 e 25 de julho, em S. Luís (MA). O tema e lema do congresso é “**Presença, Resistência e Profecia: Romper Cercas e Tecer Teias: A Terra a Deus Pertence!**”, e o símbolo é o tambor, cujo batucar é de dança, culto, convocação e ritmo de caminhar.

Infeliz e desafiadoramente, mais uma vez, os dados, análises e reflexões deste Caderno vão na direção contrária, anti-jubilar. Por trás dos números, buscamos os rostos ainda mais sofridos de pessoas, famílias, comunidades, povos... Sejam as páginas seguintes, ao menos, em nome deles e delas, gritos de memória, denúncia, anúncio e esperança. A estes olhares, rostos e apelos se

somam centenas de outros.

Entre as inúmeras violências de sempre, o ano de 2024 foi marcado por enchentes e inundações, secas severas, incêndios criminosos e contaminações por agrotóxicos. Vários Projetos de Lei tramitaram em Assembleias Legislativas Estaduais e no Congresso Nacional com objetivo de dar caráter de legalidade a investidas do agro-hidro-minero-carbono-negócio, a reboque da Extrema-Direita nacional e internacional em ascensão numa tentativa de salvar o sistema capitalista em crise profunda (terminal?), contra a mobilização de trabalhadores e trabalhadoras em luta pelo acesso e permanência na terra, de indígenas, quilombolas e outros povos tradicionais em retomadas e busca de reconhecimento de seus territórios. Estes resistem como podem, a sinalizar pistas de efetiva sustentabilidade eco-social. É nesse embate violência versus resistência, que a CPT apresenta os dados dos conflitos no campo de 2024, como contribuição à resistência. Boa leitura!

*Este jornal é uma edição especial da publicação **Conflitos no Campo Brasil 2024**, publicada pela CPT. Adquira a versão completa (impresa e digital) em nosso site.*



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

Secretaria Nacional
Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel,
1º andar, Centro, Goiânia, Goiás
CEP: 74030-090
Fone: (62) 4008-6466
Fax: (62) 4008-6405
www.cptnacional.org.br
comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom José Ionilton

Vice-Presidente
Dom Silvío Guterres

Coordenadores Nacionais
Carlos Lima
Cecília Gomes
Maria Petronila Neto
Ronilson Costa

Redação
Carlos Henrique Silva (5197/PE)
Heloisa Sousa (4499/GO)
Júlia Barbosa (4505/GO)
Everton Antunes (estagiário)
Rede de Comunicadores/as da CPT

Jornalista responsável
Heloisa Sousa (4499/GO)

Impressão
Gráfica e Editora Qualytá

Diagramação
Emília Abreu

Assinaturas
Anual R\$ 30,00
Pagamento pode ser feito por meio de depósito no Banco:
Caixa Econômica Federal
Agência 2234
Conta 57897105-0
CNPJ: 02.375.913/0001-18
Iban BR49 0036 0305 0223 4578 9741 050C 1
SWIFT CEFXBRSP
PIX:02.375.913/0001-18
Contato:
sustentabilidade@cptnacional.org.br

Razão Social
Comissão Pastoral da Terra

CNPJ / PIX
02.375.913/0001-18

Informações
cpt@cptnacional.org.br

Tiragem
7.000 exemplares

Apoio



OLHAR PASTORAL

RESISTÊNCIAS

Ser “sinal de contradição”

Há 40 anos, o Cedoc é memória viva da luta dos povos. A divulgação do Caderno de Conflitos pela CPT é pastoral e profética, pois denuncia e dá nomes aos autores das violências, ao mesmo tempo que ecoa os gritos dos empobrecidos da terra

Anna Maria Rizzante Gallazzi (agente da CPT e da Pastoral Carcerária)
Edição: Heloisa Sousa
heloisa@cptnacional.org.br

Este caderno está sendo publicado em 2025, ano em que a CPT comemora 50 anos de luta e de ação pastoral a serviço dos povos do campo, das florestas e das águas. Esse ano também marca os 40 anos da publicação “Conflitos no Campo Brasil”. São datas que nos convidam a renovar nosso compromisso de ser e fazer Pastoral da Terra, a serviço da luta, da resistência e, sobretudo, do protagonismo dos e das “pobres da Terra”, a serviço da vida das águas, dos territórios, da CASA COMUM, lutando para que seja casa de todos e de todas e deixe de ser uma “casa grande” para uns poucos e uma gigantesca “senzala” para a imensa maioria.

Na memória do Povo de Deus, o número 40 indica a vida toda. É o número da caminhada e da luta do povo no deserto em busca da posse da terra: uma caminhada na qual aprendeu a “servir a lahhweh” superando medos e tentações. Depois foi Terra Prometida, ocupada e repartida.

Hoje, passados os 40 anos, a terra prometida continua muito longe e a CPT continua a documentar

conflitos, violências, exploração, matança de pobres e da natureza.

Temos, então, que nos espreitar em Elias e em Jesus para os quais o número 40 significou o tempo necessário para assumir sua missão de lutar para que todas e todos tenham vida, lutando, com força e decisão, contra todas as forças da morte. E continuaremos, pelo tempo necessário, esse serviço pastoral.

Celebrar os 50 anos da CPT deveria ser o ano do anúncio jubilo e festivo: ano em que, enfim, ninguém mais será escravo. O ano em que todos os bens, da terra, das águas, da produção, serão repartidos entre todos e todas, e todas as dívidas serão perdoadas.

No mesmo ano em que Papa Francisco nos convoca a sermos peregrinos e peregrinas da esperança, o jubileu da CPT se torna, então, anúncio de um compromisso renovado de continuar com fidelidade a missão que assumimos e levamos adiante nestes 50 anos. Não nos cabe desistir! Continuaremos pelo tempo necessário!

O Caderno de conflitos registra só a ponta deste iceberg de violência; os números, mesmo que muito importantes, não são suficientes para nos fazer sentir o tamanho da dor que eles trazem junto. A toda esta violência, se contrapõe a resistência e a luta de muitas comunidades, de mulheres e homens, jovens e anciãos que teimam em defender seus territórios, lutar por seus direitos, garantir suas vidas e a vida da Mãe Terra. Trata-se de uma verdadeira “ovelha” que antecipa, questiona e provoca nossa “pastoral”, realizando um protagonismo autônomo e decisivo que incomoda os falsos pastores que só querem usar e tirar proveito de um rebanho calado e submisso.

Aqui queremos falar dos que, em nossas igrejas, se identificam como “pastores” e chamam suas ações de “pastoral”. A atitude da maioria dos pastores e das pastoras é o

“silêncio” e não só a respeito da violência no campo: é o silêncio a respeito dos feminicídios, do racismo, do desemprego, do trabalho escravo, da homofobia, da realidade carcerária, das milícias, das facções, do narcotráfico que dominam nossas cidades e que, também, invadem o mundo rural, os povos originários e seus territórios. Se fala muito do rebanho do Senhor, mas evita-se de falar nos “lobos”, nos “mercenários” que ameaçam, agridem, exploram e matam o rebanho.

A CPT, em seus registros a longo de quatro décadas, vem nomeando: latifúndio, mineração, empresas nacionais e estrangeiras, multinacionais, madeireiras, agrone-

gócio, agrotóxicos, gatos, capacitazes, bancada da bala e do boi, juizes omissos e até coniventes e corruptos. A lista de quem pratica a exploração predatória é longa, assim como é extensa a lista das violências. **Não podemos ser cães mudos nem sentinelas adormecidas.**

Em memória de Pe. Mário Aldighieri, Antônio Canuto e Káris Iole.



47ª Romaria da Terra e das Águas de Bom Jesus da Lapa (BA)

Helena Castro



Teresinha Menezes (CPT PI)

EIXO TERRA

CONFLITOS

O velho e o novo na fronteira da destruição da Amazônia: a Amacro

Pensada como “laboratório experimental do agronegócio”, a região entre os estados do Amazonas, Acre e Rondônia se consolida como fronteira de expansão da agropecuária na Amazônia, mas tem provocado aumento nos números da violência contra a ocupação e a posse, violência contra a pessoa, desmatamento, incêndios criminosos e outros conflitos

Afonso Maria das Chagas
(Professor do Departamento de Ciências Sociais – Dacs e do Departamento de Ciência Jurídica – DCJ, da Universidade Federal de Rondônia – Unir)

Edição: Carlos Henrique Silva
comunicacao@cptnacional.org.br

As informações coletadas pela CPT, no que concerne aos conflitos por terra, retratam a persistência de um passado de desigualdade fundiária e as novas dinâmicas de concentração da terra, espoliação e pilhagem dos recursos naturais, somadas à violência de sempre, em suas formas mais letais. A violência não se resume a números; ela está revelada e historicizada em cada contexto e em cada vivência onde a dignidade humana é subvertida pelo sacrifício imposto, sobretudo pela voracidade expansionista da exploração econômica, seja qual for a forma de capital envolvido.

Pensada como “laboratório experimental do agronegócio”, a Amacro vem se consolidando como fronteira de expansão da agropecuária sobre a Amazônia, especificamente na área de mais de 45 milhões de hectares envolvendo municípios do Acre, Amazonas e Rondônia.

O velho das oligarquias

agrárias se reconfigura nas novas práticas de grilagem e violência. O agronegócio, com toda a sua publicidade de onipotência, inclusive cultural e midiática, por mais que tente emplacar a ideia de que “está em tudo” ou que é a “solução para tudo”, inclusive no desenvolvimento sustentável, se contradiz em sua própria essência.

Na última década, seja no Cerrado, Pantanal ou Amazônia, o avanço do agronegócio tem se materializado em violências, desmatamento, fogo e destruição. No contexto da Amacro, assim como no **Matopiba**, nos últimos anos, enquanto a violência no campo se estabiliza ou diminui em outras regiões, nessas áreas tem havido aumento.

A mesma equipe da Embrapa Territorial que concebeu o Matopiba regenerou a Amacro. Entra o boi, sai a floresta. A pecuária cumpre seu papel de “avanço colonizador”, enquanto os monocultivos, especialmente a soja, ressignificam a região, novamente reprimarizada para a exportação.

Nesse cenário, a ideia é remodelar a Amazônia sob o roteiro da mercantilização da terra, dos rios e das florestas, apagando sua história, sem considerar a memória e a vida

de seus ocupantes tradicionais. É um processo que, no fundo, busca desamazonizar a Amazônia, reprogramando seu destino. Assim, o “futuro do passado” ressurge como um espelho de um modelo já testado, porém agora repaginado.

Ao longo dos últimos 10 anos, **56% de todos os conflitos por terra ocorreram na Amazônia Legal**. Na Amazônia Ocidental (Amazonas, Roraima, Rondônia e Acre), que corresponde a 43,3% de toda a Amazônia Legal, registraram-se **2.638** ocorrências de conflitos

por terra, sendo **1.493** ocorridas na Amacro (57,9%), um número expressivo, considerando que a Amacro ocupa apenas 20,9% da Amazônia Ocidental e 9,1% da Amazônia Legal.

Nesse cenário, a terra se configura como o bem mais disputado e cobiçado pelo agronegócio expansionista. Essa disputa agride e desterritorializa povos e comunidades tradicionais, pequenos posseiros e assentados da reforma agrária, causando e intensificando uma série de conflitos. Enquanto em 2024 o número de conflitos por terra na

Amazônia Ocidental apresentou queda, na Amacro, ao contrário, houve um aumento da violência e da disputa por terras.

As duas formas mais recorrentes das violências contra a ocupação e a posse foram a ameaça de despejo judicial e a ameaça de expulsão. Paralelamente, impulsionadas pelo discurso armamentista e pela chamada “segurança jurídica”, proliferam na Amazônia, especialmente na Amacro, as “empresas de segurança” e as “milícias armadas”.

A ameaça de despejo judi-



Registro enviado pela comunidade

Casas de trabalhadores rurais sem terra destruídas por jagunços encapuzados no Acampamento Ipê, em Machadinho D'Oeste (RO), em agosto de 2024

cial decorre de processos em que pretensos proprietários acionam a justiça contra pequenos ocupantes e posseiros, geralmente obtendo decisões favoráveis sem critérios rigorosos, em regra, em prejuízo dos economicamente mais vulneráveis. Esse paradoxo se intensifica quando a disputa envolve terras públicas ainda sem destinação definida.

Na Amacro, praticamente todas as disputas possessórias incidem sobre essas terras públicas. Somente em 2024, as áreas envolvidas em conflitos por terra somaram 8.339.363 hectares. A persistente ineficiência da política de regularização fundiária, em desacordo com os preceitos constitucionais, somada a processos atualizados de grilagem (cadastrais, cartoriais e digitais), encontra

tórica de 2015 a 2024, **1.343** pessoas sofreram algum tipo de violência em decorrência dos conflitos por terra na Amacro, em 25 dos 32 municípios da região. Praticamente metade dos assassinatos registrados na Amazônia Legal ocorreu na Amacro, evidenciando o alto grau de letalidade dos conflitos agrários na região.

A violência se dá de forma **privada ou contratada** (milícias à vontade para invadir, destruir, agredir e matar), pelo **Estado policial** (forças policiais atuando extrajudicialmente, reprimindo e ameaçando, e oferecendo proteção seletiva) ou pelo **Estado judicial** (decisões judiciais e liminares aceleram despejos, criminalizam lideranças e determinam a prisão de traba-

lhadores e trabalhadoras rurais que lutam pelo direito à terra).

A análise dos dados sobre **quem sofreu a violência** revela a forma como a regionalização da Amacro se constitui: por um lado, por meio da expropriação de territórios comunitários; por outro, interditando o acesso à terra, um direito fundamental para uma vida digna. A noção de “bem público”, que deveria garantir a destinação democrática das terras e dos recursos do Estado, vem sendo sistematicamente corroída pelas práticas de grilagem, apropriação ilegal e pilhagem. A ineficácia dos órgãos estatais — muitos deles capturados pelos mesmos interesses expansionistas — acaba legitimando tais processos.

Diante desse cenário, aque-

les que lutam pelo direito à terra, assim como os povos e comunidades tradicionais, tornam-se os principais alvos da violência promovida pela expansão agropecuária. Os dados da série histórica indicam que essas categorias foram as mais atingidas: **sem-terra (38,1%), posseiros (23,9%), indígenas (14,9%) e seringueiros, extrativistas e ribeirinhos (14,3%)**.

Quando os números falam, todos deveríamos parar para ouvir. E os números dos conflitos por terra, assim como da violência perpetrada, são provas incontestáveis da desigualdade mantida e continuamente reforçada. Além disso, a realidade e os fatos desmentem facilmente as pseudo-narrativas, venham de onde vierem.

TABELA 4 A violência contra a pessoa na Amacro – série histórica (2015-2024)

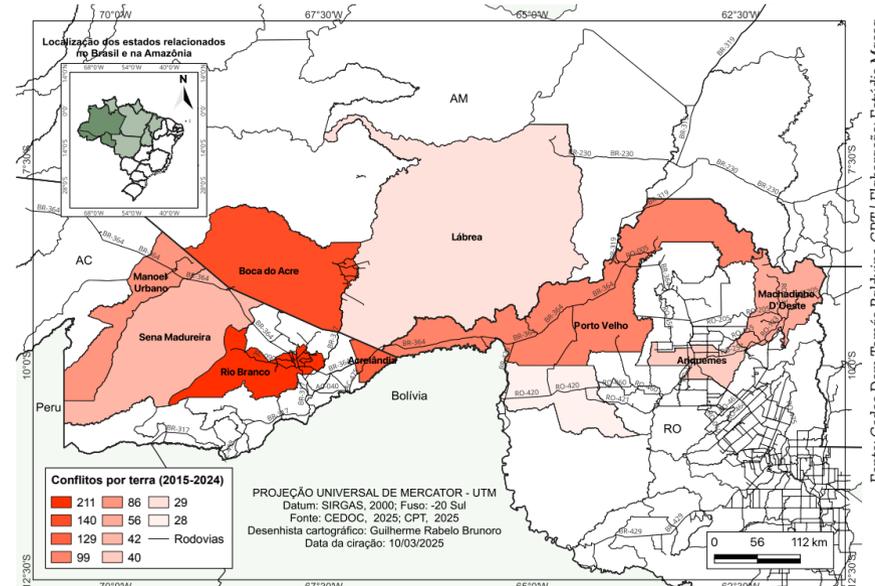
TIPO DE VIOLÊNCIA	OCORRÊNCIAS	PESSOAS ATINGIDAS
Prisão	87	419
Ameaça de morte	194	252
Intimidação	21	124
Criminalização	19	102
Assassinato	82	83
Agressão	35	70
Tentativa de assassinato	45	66
Tortura	17	38
Ameaça de prisão	9	51
Ferimento	25	26

Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduino-CPT | Elaboração: Estúdio Massa

—, na grilagem e no desmatamento ilegal. No total, considerando possíveis repetições, a violência contra a ocupação e a posse atingiu **201.812** pessoas ao longo do período analisado. Entre os principais tipos de violência registrados, destacam-se a **ameaça de despejo judicial** (18,2%), a **ameaça de expulsão** (17,8%), a **invasão** (12,4%), a **grilagem** (11,5%) e o **desmatamento ilegal** (10,7%).

A violência contra a pessoa na Amacro

Considerando a série his-



No mapa, a incidência dos conflitos por terra na região da Amacro nos últimos 10 anos

Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduino-CPT | Elaboração: Estúdio Massa

AGROTÓXICOS

CONTAMINAÇÃO

Conflitos no Campo e guerra química

Os dados relacionados à contaminação por agrotóxicos no Brasil revelam uma explosão no número de famílias vítimas da contaminação sem precedentes em 2024, saltando de 32 conflitos e 2.498 famílias no ano passado para 276 conflitos e 17.027 famílias

Alan Freihof Tygel, Emiliano Maldonado e Jakeline Pivato (Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida)
Edição: Carlos Henrique Silva
comunicacao@cptnacional.org.br

Nos últimos anos, um novo elemento tem sido observado pelas pesquisas sobre a violência no campo: a utilização dos agrotóxicos como “armas químicas” nos conflitos agrários. Essa questão vem sendo documentada no ambiente acadêmico, com importante destaque para o “Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde”, que reúne um farto conjunto de evidências e não deixa dúvidas sobre a comprovação científica dos prejuízos à saúde e ao meio ambiente causados pelos agrotóxicos.

Os registros da CPT relacionados à contaminação por agrotóxicos são divididos em 3 grandes grupos:

- Famílias de camponeses,

quilombolas, indígenas, entre outros, envolvidas em **conflitos por terra ou por água**. Em 2024, a CPT registrou 276 ocorrências deste tipo, envolvendo 17.027 famílias em mais de 3,3 milhões de hectares.

- Trabalhadores rurais vítimas de **trabalho escravo ou superexploração**, onde os agrotóxicos estão entre os componentes que caracterizam a violação trabalhista. Em 2024, a CPT registrou uma ocorrência deste tipo, envolvendo 7 trabalhadores.

- Vítimas de intoxicação (**violência contra a pessoa**). Estes registros se somam aos dois acima, e acontecem quando há informações detalhadas sobre as vítimas, como gênero, idade, identificação social, etc. Em 2024, a CPT registrou 44 casos deste tipo, sendo 3 registros classificados como tentativa de assassinato, incluindo duas crianças.

Agrotóxicos no Brasil: explosão de lucros e intoxica-

ções no rastro do avanço do agronegócio

No banco de dados da CPT, o registro mais antigo de conflitos envolvendo agrotóxicos data de 1981. Porém, no final dos anos 1990 ocorrem alguns eventos importantes que explicam a explosão do consumo de agrotóxicos no Brasil: **Lei Kandir** (1996), que isenta o ICMS produtos primários para exportação; **Convênio 100/97** que prevê a redução de 60% na alíquota do ICMS para agrotóxicos; e finalmente, a entrada inicialmente ilegal da soja transgênica no Rio Grande do Sul, fruto de contrabando na fronteira com a Argentina, que dá início à expansão desse tipo de plantio em todos os rincões do país. Naquele momento histórico, o Brasil selava sua opção como Estado de priorizar o superávit na balança comercial a qualquer custo.



Mais de 80% dos conflitos envolvendo agrotóxicos foram registrados no Maranhão, com destaque para as regiões produtoras de soja

Assim, as monoculturas se expandem Brasil adentro. Apenas como exemplo, entre 2000 e 2023, a área plantada de soja cresceu 225%, de milho 78% e de algodão 111%. Todas estas culturas ganharam variedades transgênicas durante a primeira década de 2000.

Foi também na primeira década do ano de 2000 que o termo “**agroecologia**” se consolidou como movimento político de contestação ao agronegócio, aos agrotóxicos e em defesa de uma agricultura de bases ecológicas. Em 2010, uma série de movimentos sociais, sindicatos, grupos de pesquisa, entre outros, selam as bases da “**Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida**”, que viria a ser lançada em 7 de abril de 2011. A grande marca deste lançamento foi a produção do documentário “O Veneno

Está na Mesa”, realizado em parceria com o cineasta Sílvio Tendler.

As principais pautas da Campanha em seu lançamento foram: (i) o fim da pulverização aérea; (ii) o fim das isenções fiscais aos agrotóxicos; e (iii) o banimento dos agrotóxicos banidos no exterior. Em 2015, inicia-se o ataque a um dos últimos pilares de defesa da saúde da população: a **Lei Agrotóxicos** (7.802/1989). Ao mesmo tempo, os movimentos sociais vêm buscando um contraponto à flexibilização da legislação: o **Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara)**.

Agrotóxicos e conflitos no campo nos dados da CPT

De acordo com os dados da CPT, o ano de 2024 revelou uma explosão no número de famílias vítimas de contaminação por agrotóxicos sem

precedentes. No ano de 2023 haviam sido registrados 32 conflitos e 2.498 famílias vítimas de intoxicação por agrotóxicos. Em 2024, o número saltou para **276 conflitos** e **17.027 famílias**, um aumento de 763% no número de conflitos e 582% no número de famílias. Destes conflitos, 198 (72%) mencionam os termos “pulverização aérea”, “avião” ou “drone”.

É importante notar que 82% desses conflitos (228) foram registrados no Maranhão sendo 68% ocorridos na mesorregião do leste Maranhense, segunda maior região produtora de soja no estado. O levantamento é fruto de intenso trabalho da Rede de Agroecologia do Maranhão (Rama) e da Federação dos Trabalhadores Rurais do Maranhão (Fetama), junto ao Laboratório de Extensão, Pesquisa e Ensino de Geografia da Universidade Federal do Maranhão (Le-

peng). A situação do estado gerou uma denúncia ao Relator Especial da ONU sobre Substâncias Tóxicas e Direitos Humanos.

Quanto às famílias atingidas, o maior número está no estado do **Mato Grosso do Sul**, com o total de **7.538**. Os 17 conflitos desta natureza registrados no MS têm como vítimas os povos indígenas. Todos os conflitos registrados ocorreram na região de Dourados, ou seja, em uma das regiões onde o histórico de violência contra esses povos é alarmante. Desse modo, observa-se que há um forte elemento de racialização das vítimas por agrotóxicos que configura um tipo de racismo ambiental que perpetua as violações de direitos em face das populações negra e indígena.

Selecionamos 4 importantes constatações que emergem com bastante potência:



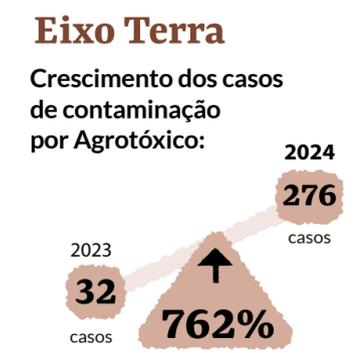
Comunidades e escolas rurais não estão seguras diante do uso e descarte de agrotóxicos, como nesta fazenda em São Desidério (BA)

(i) a comprovação de que os agrotóxicos não são simples insumos agrícolas, mas que estão sendo utilizados como armas químicas nos contextos de conflitos no campo; (ii) há

um alerta no estado do Maranhão, que aponta a gravidade da expansão do agronegócio na região amazônica e no **Matopiba**; (iii) A pulverização por drones são os meios de aplicação mais perigosos e poluidores; (iv) as crianças não estão seguras nas escolas rurais, frequentemente pulverizadas por agrotóxicos.

Torna-se necessário mobilizar amplamente a sociedade brasileira e internacional para que se envolvam ativamente na luta contra os agrotóxicos e pela responsabilização das empresas do agronegócio. Defendemos, também, a responsa-

bilização do Estado brasileiro por sua omissão, conivência ou negligência na fiscalização, investigação e criminalização dos agentes poluidores e violadores de direitos em conflitos relacionados aos agrotóxicos e aos conflitos agrários de forma geral. Seguiremos denunciando e visibilizando os impactos dos agrotóxicos na saúde física, mental e reprodutiva das populações, especialmente no campo e nas florestas do Brasil profundo, seja nas áreas indígenas, nos territórios tradicionais, nos quilombos e entre os trabalhadores rurais.



Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduino-CPT | Elaboração: Estúdio Massa

CONFLITOS NO CAMPO

PANORAMA

Uma Introdução aos Conflitos no Campo – 2024

Em 2024, foram registrados 2.185 conflitos no campo, sendo 1.768 desse total no eixo terra – maior número em dez anos

Guilherme Delgado, Prof. Dr. em Economia pela Unicamp, pesquisador aposentado do Ipea e membro da diretoria da Abra

Edição: Heloisa Sousa
heloisa@cptnacional.org.br

Neste artigo essas duas vias de informação e análise são visitadas: 1) a atualização estatística dos dados de conflitos do campo naquilo que está explícito pelos dados, fazendo alguma conexão com a política agrária em curso; 2) a interpretação da realidade agrária contemporânea à luz das suas determinações sócio-econômicas, matrizes de muitas expressões de violência nas relações sociais e ecológicas.

Primeira Parte – Sobre a situação recente dos conflitos no campo

Na Tabela 1 é feita uma atualização comparativa de

alguns dados agregados de conflitos no campo, tomando-se os Eixos Terra, Água e Trabalhista. Os eventos respectivos das três primeiras linhas somados e comparados entre o ano de 2024 e sua média no período 2016/2022, revelam aumento de 31% de ocorrências e de 47% quando referidos às famílias atingidas no Eixo Terra; muito embora tenham ocorrido diminuições no Eixo Água e também na ocorrência de assassinatos no campo.

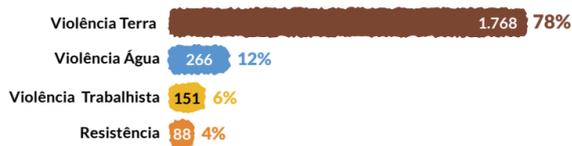
Observe-se que a comparação que estamos fazendo do ano de 2024 com o período referido, que também pode ser feita a partir de 2023, está confrontando o tempo dos governos Temer/Bolsonaro (2016 a 2021) com o período do governo Lula. E uma primeira constatação relevante é de que não se detecta redução significativa da violência agrária geral, exceto nos nú-

meros de assassinatos.

Por outro lado, se atentarmos para o fato de que ao longo de todo o período descrito pela Tabela 1 prevalece a hegemonia da chamada Economia Política do Agronegócio, os dados levantados não surpreendem naquilo que se refere aos Eixos Terra e Trabalho. E provavelmente, o Eixo Água esteja subdimensionado pelo número de ocorrências registradas, que não necessariamente alcança o número de pessoas atingidas, quando o evento provocador dominante é a contaminação de água por agrotóxicos.

O que queremos destacar é a presença de um fator subjacente à violência agrária — o espaço social rural e o espaço da natureza sendo objetos de dilapidação sistemática, captados em parte nos conflitos do Eixo Água, mas com profundidade no Eixo Terra; evidenciando uma “questão

Percentual de violências terra, água, trabalhista e resistências



Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduino-CPT | Elaboração: Estúdio Massa

ecológica” pedindo ingresso na análise dos “Conflitos do Campo”.

Precisamos trazer ao destaque duas características do sistema agrário hegemônico, sendo eles próprios detonadores: 1) a superexploração da terra levada a mercado para viabilizar o chamado “boom” das *commodities*; 2) a superexploração da água, a ser convertida em *commodities* exportadas ou receber contaminação no seu processo produtivo, afetando a disponibilidade geral da água potável. E enquanto houver expansão física acelerada da

produção de *commodities* e do mercado de terras, segundo os padrões técnico-produtivos ora vigentes, esses dois detonadores manterão crescentes os índices de conflito sobre os Eixos Terra e Água.

Segunda Parte – Matriz dos conflitos nas relações sociais e ambientais com a terra

Observe-se que neste século XXI toda a economia agrícola brasileira ficou moldada a crescer em uma única direção — especializar a economia rural na exportação de algumas mercadorias mundiais — as chamadas *commodities*, nos ramos de grãos forrageiros e carnes.

Por sua vez, esse giro à especialização primário-exportadora no Brasil, se realiza em conexão direta com a expansão ilimitada do mercado de terras, realizada à base da grilagem de terras públicas. Esta, também se liga com os processos de ‘in-

trusão’ em Terras Indígenas e de Reservas Florestais, com ou sem devastação prévia; mas todas reivindicando posterior “regularização fundiária” ao Congresso e ao Executivo, com as digitais da Bancada Ruralista ou Frente Parlamentar da Agropecuária.

A matriz produtiva que se está privilegiando — grãos forrageiros e carnes, para sua conversão em exportações especializadas, impacta a produção agropecuária de maneira muito desproporcional. Exemplo: a produção de soja, milho, arroz e feijão em 2017, último Censo Agropec, é de 204,5 milhões de toneladas, mas os dois primeiros, representam 93,7% do total, relegando o “arroz com feijão” à categoria residual.

Esse perfil produtivo terá implicações negativas ao abastecimento interno, gerando tensões inflacionárias intermitentes no âmbito da Cesta Básica salarial. Isto posto, vejamos algumas informações.

a. Tendo quadruplicado a produção física em milhões de toneladas dos principais grãos entre os anos 2000 e 2023 (soja, milho, arroz, cevada e trigo), com destaque aos dois

primeiros, há um correspondente incremento na demanda agrícola por água em todas as regiões produtivas.

b. Incorporação de terras para fins produtivos ou especulativos ao longo das duas décadas e meio de plena hegemonia do sistema de agronegócio contém indicadores indiretos de forte “intrusão” em Áreas Indígenas e de Parques e Reservas ou de “Matas Nativas”, convergindo para indicar gigantescos procedimentos de grilagem de terras públicas.

c. Os processos de desmatamento por queima da floresta, que em geral precedem a grilagem, juntamente com a utilização predatória das terras e águas incorporadas à produção de mercadorias mundiais prioritárias, elevaram substancialmente a emissão de CO2 no espaço rural brasileiro.

d. Os Planos-Safra Anuais, principalmente os dois últimos, irrigaram financeiramente o sistema produtor de mercadorias mundiais, dotando-os de maiores volumes de crédito subsidiado, praticamente sem exigências à minimização dos danos sociais e ecológicos.

e. O processo de valorização dos preços das terras e arrendamentos rurais que se experimentou ao longo de mais de duas décadas, está prenhe de irregularidades fundiárias em toda sua cadeia de relações com os regimes fundiários constitucionais,

permitindo que se invista nos Fundos à base da auto-declaração de imóveis possuídos ao Cadastro de Imóveis Rurais do Incra.

Há evidências de exaustão do Pacto de Economia Política do Agronegócio, clamando

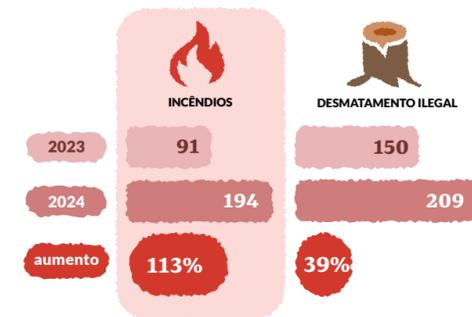
do por transição social e ecológica, ficha que não caiu nas políticas agrícola e fundiária do Estado brasileiro, mesmo no governo atual. Pois, o fato é que o sistema agro somente subsiste sob amparo de volumosos incentivos fiscais e financeiros associados ao seu desempenho no comércio exportador e pela política econômica que se mantém ou reformula o sistema.

Considerações Finais

Os dados de realidade dos últimos 25 anos desmentem categoricamente o Brasil Agro excelente da publicidade. Os “Conflitos no Campo” são testemunha ocular da reprodução de uma matriz de violência neste século XXI, especialmente nos últimos 10 anos.

A leitura profética da transição agrícola/agrária rumo à ecologia integral tem proposta substancialmente diversa daquela que comanda os destinos de nossas políticas rurais para o chamado Agro. É isto que queremos destacar, para concluir, porque é desmontando a máquina de idolatria e necrofilia associadas, que efetivamente poderemos melhorar sensivelmente os indicadores dos “Conflitos no Campo”.

Destaque para as violências Incêndios e Desmatamento ilegal



Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduino-CPT | Elaboração: Estúdio Massa

TABELA 1 Atualização Estatística dos Dados: 2016/22 e 2023/24*

Eventos (número)/Períodos	2016/22	2023	2024	C/A %
1. Ocorrências Eixo Terra	1.407,1	1.766	1.768	(+) 26,7%
2. Conflitos Água	298,6	230	266	(-) 11,0%
3. Conflitos Trabalho	1.337,1	2.989	1.953	(+) 46,1%
Subtotal (1+2+3)	3.042,9	4.985	3.987	(+) 31,0%
4. Números de assassinatos	43,4	31	13	(-) 70,0%
5. Famílias envolvidas No Eixo Terra (mil)	152,99	198,06	226,13	(+) 47,8%

Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduino-CPT | Elaboração: Estúdio Massa

EIXO ÁGUA

EXPLORAÇÃO

Corpos d'água à mercê do Hidronegócio

Durante mais de duas décadas de documentação de dados sobre conflitos por água, ações da CPT convergem na tentativa de frear o controle dos recursos hídricos pelo 'agro-hidronegócio', ao passo que, entre 2023 e 2024, as ocorrências deste mesmo eixo aumentaram em 15,6%

Roberto Malvezzi (Gogó)
Edição: Everton Antunes(
everton@cptnacional.org.br

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) decidiu registrar os conflitos pela água no território brasileiro desde 2002. Àquela época começava-se a debater que os conflitos pela água iriam se alastrar pelo mundo inteiro, em razão da nova narrativa sobre esse bem comum, tecida por aquelas empresas a quem Riccardo Petrella — cientista político e economista italiano — chama de Oligarquia Internacional da Água.

O objetivo fundamental desse grupo era óbvio: transformar a água em mercadoria, talvez a mais essencial das mercadorias, por ser única e insubstituível na dinâmica de todas as formas de vida conhecidas e na própria dinâmica do planeta Terra. Portanto, ao decretar a escassez da água e transformá-la em um produto qualquer, se criava, automaticamente, um dos mercados mais promissores da história.

CPT e a questão da água

Duas regiões do Brasil levavam constantemente essa questão das águas para den-

tro das assembleias da CPT: Nordeste e Norte. O Nordeste, porque sua população padecia historicamente da indústria da seca, narrativa segundo a qual a miserabilidade da região à época ocorria por falta de chuvas na região. Já o Norte trazia àquela época a questão dos seus rios e de seus santuários destinados à reprodução dos peixes, principalmente as lagoas marginais. Essas práticas eram trazidas insistentemente para as assembleias, como um desafio para as próprias CPTs de base.

Dada a sua origem, a CPT não prestava muita atenção a essas questões nos seus planejamentos nacionais. Entretanto, quando a questão da água se tornou global, a chamada “**crise da água**” ganhou outra dimensão dentro das assembleias, sendo tomada a decisão de que a CPT deveria fazer também o registro dos conflitos pela água. Então, em 2002, o Caderno de Conflitos realizou seu primeiro registro.

A CPT sabia que ali estava um desafio novo, a chamada “crise da água”. Portanto, era preciso tentar sensibilizar toda a sociedade, uma vez que as iniciativas práticas da Oligarquia Internacional da Água



Seca no Rio Araguaia, no estado do Mato Grosso

Thomas Bauer

iriam chegar aos governos pela pressão das empresas e encontrar pessoas dispostas a bancar essa narrativa no Congresso, no Executivo, no Judiciário e na grande mídia corporativa.

Foi pensado, então, um caminho para chegar à sociedade brasileira em seu conjunto. O mais prático e de mais amplo alcance seria uma Campanha da Fraternidade que abordasse a temática. A CPT teve essa iniciativa, juntamente à Cáritas Brasileira e, assim, foi configurada a Campanha da Fraternidade de 2004: “**Água: Fonte de Vida**”.

O 'Hidronegócio'

Em uma reunião das CPTs

do Nordeste, em Maceió (AL), enquanto discutíamos o avanço do capital no campo, falávamos apenas do agronegócio. Então, algum dos agentes escreveu na lousa: **hidronegócio**. Assim, foi criado um neologismo que abrangia toda filosofia das empresas capitalistas da água em todo o mundo.

O avanço do hidronegócio no campo legislativo aconteceu, sobretudo, pela chamada **Lei de Recursos Hídricos** 9.433/97. Em outras palavras, o capital exige segurança jurídica para se instalar em várias áreas e com a água não foi diferente. Acontece que houve muita resistência parlamentar na elaboração dessa lei e ela

não saiu exatamente como os negociantes da água previam. Limitada pela Constituição Brasileira de 1988, que manteve a água como um bem público e, portanto, não privatizável, a Lei 9.433/97 teve que se adaptar ao quadro legal do Brasil.

Outra vitória importante dos legisladores, à época, foi proibir o comércio das outorgas de água: isto é, se alguém recebe uma outorga por parte dos entes responsáveis e não utiliza o volume de água outorgado, a devolução tem que ser ao órgão competente, não podendo ser revendida a outro usuário. Dessa forma, ficou proibido o mercado de outorgas.

Por outro lado, quem tem a outorga, de alguma forma passa a ter a propriedade privada do seu uso, ainda que não de seu manancial de origem. É nesse sentido que grandes outorgas de água ao setor de irrigação, de exploração de águas minerais, seja de águas subterrâneas ou superficiais, pode se tornar também um mercado de águas na prática.

Em contrapartida, se a lei 9.433/97 não satisfazia todos os interesses do capital, o mercado perseverou na sua sanha de se apropriar da água no Brasil: sob o governo Bolsonaro, houve uma reelaboração da legislação da água. A mudança fundamental foi a introdução da Agência Nacional da Água (ANA) no topo da legislação, que não estava prevista na Lei 9.433/97. Logo, a Lei nº 14.026/2020 deu à ANA a atribuição de regular os serviços de saneamento básico e, claro, essa decisão veio em favor da privatização dos serviços urbanos de abastecimento de água em todo território nacional

É no campo, contudo, que se dá a maior presença do hidronegócio, geralmente ligado ao agronegócio irrigado, mas também às mineradoras, à água engarrafada e, sobretudo, ao setor energético.

Ciclo das Águas

Atualmente, o mundo científico, frente às mudanças climáticas, tem plena consciência que grande parte do ciclo de nossas águas começa na linha do Equador pela evaporação das águas oceânicas, que empurradas pelos ventos alísios chegam sobre a Amazônia, onde começam a gerar chuva. A evapotranspiração da Floresta Amazônica, por sua vez, injeta mais água na atmosfera, formando os chamados rios voadores, que espalham chuvas por todo Centro-Oeste brasileiro, áreas do Nordeste, passando pelo Uruguai, Paraguai e Argentina. A chuva sobre o Cerrado alimenta os maiores aquíferos brasileiros, como o Guarani, Uruçuaia e Bambuí; esses dois últimos alimentam o rio São Francisco.

Portanto, ao eliminar a floresta amazônica e ao compactar o Cerrado, a tendência é estabelecer modificações profundas no ciclo de nossas águas, até a sua ruptura. O resultado concreto é o enfraquecimento e até o desaparecimento de vários rios brasileiros, sobretudo onde o hidronegócio ataca as águas subterrâneas e drena essas águas para as atividades de intensa irrigação.

Nesse sentido, o agro-hidronegócio não só consome muita água, como está na raiz das mudanças e até na ruptura do ciclo das águas brasileiras. Entretanto, o imediatismo econômico dessa atividade agrícola impede os agronegociistas de raciocinar em perspectiva, um futuro breve, onde até seus próprios negócios podem ser inviabilizados.

Conflitos por água

A CPT registra quatro tipos de conflitos pela água: Apropriação Particular; Barragens e Açudes; Cobrança e Uso e Preservação. Por trás de cada um desses conceitos estão situações que geram esses tipos de conflitos por água no campo: ameaça de expropriação; contaminação por agrotóxico; desconstrução do histórico-cultural; destruição e/ou poluição; diminuição do acesso à água, entre outras problemáticas.

Nos últimos dez anos, a CPT registrou **2.758 conflitos pela água**, que atingiram quase **570 mil famílias**. Esse quantitativo nos dá a dimensão de como esses conflitos já impactam o território brasileiro.

Entre 2023 e 2024, os conflitos saltaram de 230 para 266, um aumento de 15,7%. Já o número de famílias envolvidas saltou de 49.701 para

70.989 — portanto, houve um aumento de 42,8%.

Nível Regional

Em recorte por regiões do Brasil, o **Norte** aparece com o maior número de conflitos por água no campo. Em 2024, foram 103 registros e pouco mais de 36 mil famílias atingidas. Nessa região, o estado do Pará lidera o ranking com 65 conflitos, que atingiram 9.480 famílias.

A região do Pará mais afetada é a sudoeste. Ali, aconteceram 28 conflitos pela água, que atingiram quase 15 mil famílias. Quem mais agrediu as comunidades foram as **hidrelétricas**, que acumularam um total de 12 conflitos, ou 42,9%. Já as principais vítimas foram os **indígenas**: num total de 17 conflitos — 60,7% do total —, seguidos pelos **ribeirinhos** com 9 conflitos — isto é, 32,1%.

Os tipos de conflitos predominantes foram por Uso e Preservação, num total de 17 registros. Em seguida vieram os conflitos por Barragens e Açudes, com um total de 11 ocorrências, ao todo.

No Brasil

A nível nacional, quem mais causou conflitos foram os **empresários**, num total de 64 casos — cerca de 24% do

total. Os **fazendeiros**, por sua vez, representam 21,8% dos casos — com 58 ocorrências — e, em terceiro lugar, aparece o **Governo Federal**, num total de 36 casos — ou 13,5%.

Os indígenas, com 71 casos — ou 26,7% —, e os quilombolas com 58 casos — isto é, quase 22% — são os grupos humanos mais impactados pelos conflitos por água no ano de 2024. Portanto, os números demonstram que, também nos conflitos por água, as comunidades tradicionais — poderíamos acrescentar aí os ribeirinhos e pescadores — são os grupos humanos que mais sofrem ataques em seus territórios.

Perspectivas

A tendência futura é o agravamento dos conflitos pela água em todos seus múltiplos usos, tanto no campo como nas cidades. No campo, a expansão do agro-hidronegócio tende a agravar os conflitos pelo uso privado, pela contaminação e pela redução dos mananciais. Esse é um desafio que pertence a todo o povo brasileiro, a toda a humanidade, não somente aos que hoje são as vítimas da expansão do hidronegócio, principalmente associado ao agro.

EIXO TRABALHO

DE OLHO ABERTO

Raízes da exploração: o trabalho escravo nas lavouras brasileiras

Redução no número de pessoas resgatadas do trabalho escravo no campo em 2024 pode estar atrelada à subnotificação, intensificada pela greve dos auditores-fiscais em busca de melhores condições de trabalho

Brigida Rocha dos Santos (agente CPT MA) e Evandro dos Anjos Rodrigues (agente CPT TO) - integram a Campanha de Olho Aberto para Não Virar Escravo

Edição: Heloisa Sousa
heloisa@cptnacional.org.br

Desde o seu surgimento, a CPT concentra sua atuação no trabalho de base em variados territórios do Brasil e nos últimos 25 anos adotou como estratégia a consolidação da campanha permanente e nacional De Olho Aberto para Não Virar Escravo. Assumindo a missão de fortalecer iniciativas de prevenção, por muitos anos a CPT foi o principal canal de recebimento de denúncias de trabalho escravo.

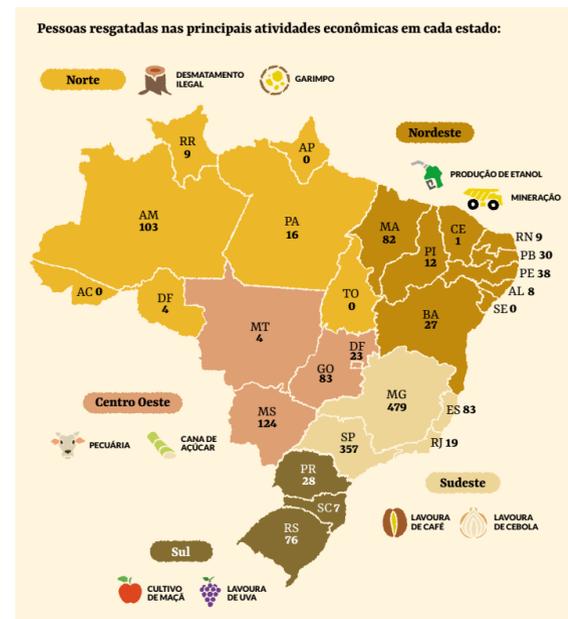
Na prática, a CPT acolhe a denúncia e encaminha aos órgãos responsáveis por fazerem a repressão ao crime. No cotidiano do trabalho da entidade com os acompanhamentos às comunidades e atividades específicas, como as rodas de conversas, as denúncias surgem e nelas destacam-se os baixos salários e jornadas exaustivas de trabalho, exposição e manejo de agrotóxicos sem a devida proteção, a exposição constante ao sol e fatores agravados pelas mudanças climáticas.

Em 2024, a CPT acolheu 11 denúncias, sendo 2 em lavouras (1 de soja), 4 na pecuária, 3 na cana-de-açúcar, 1 em granja e 1 em desmatamento. Na série histórica de 2015-2024, foram 94 denúncias em atividades rurais, sendo 31 em lavouras (11 de soja e/ou milho), 40 na pecuária, 4 não identificadas, 5 na cana, 5 em carvoaria, 5 em desmatamento, 2 no extrativismo e 2 em garimpo.

Trabalho Escravo no Campo em 2024

Considerando os dados disponíveis, **151 casos** de trabalho escravo foram registrados no Brasil em 2024, envolvendo **1.953 pessoas na denúncia** com **1.622 pessoas resgatadas**, entre elas 38 com faixa etária infanto-juvenil. Os resgates ocorreram nas cinco regiões do país. Na região **Centro-Oeste**, ocorreram 28 casos; na região **Nordeste**, foram 31 casos; a região **Norte** contabilizou 18 casos; **Sudeste**, 59 casos; e na região Sul foram 15 casos.

Os dados de 2024 indicam uma baixa em um número que vinha crescendo nos últimos anos: no ano de **2023** foram **2.633** pessoas resgatadas em **251** casos. Essa redução está atrelada ao fato de que, durante 2024, auditores-fiscais do tra-



Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduino-CPT | Elaboração: Estúdio Massa

balho iniciaram uma greve em busca de melhoria salarial e a realização de concurso público para fortalecer o quadro já defasado de profissionais. Dentre as principais reivindicações, estão a falta de tratamento igualitário em comparação com os auditores-fiscais da Receita Federal e a ausência de implementação de protocolos de segurança para os servidores, que correm riscos em sua atuação.

Assim, certamente o número de pessoas escravizadas

no Brasil, a partir do número de resgatados, deve estar ainda mais subnotificado do que de costume, o que corrobora para a compreensão de que têm sido submetidas ao trabalho escravo muito mais pessoas do que mostram os dados.

Outros fatores nos ajudam a interpretar esse dado, uma vez que muitas ocorrências de trabalho escravo no Brasil não são denunciadas ou, ainda que ocorra a denúncia, boa parte dos casos não recebe a fiscalização em tempo

hável. Devemos considerar também os casos que são vistoriados mas que não identificam as vítimas nos locais de ocorrência de violação trabalhista, devido aos deslocamentos de trabalhadores para outras áreas de serviços, ou por mudança de barracões, dificuldades de acesso e até por situações em que empregadores percebem a vinda da fiscalização nas redondezas e obrigam os trabalhadores a se esconderem.

Lavouras de café e de milho

Nos últimos anos, a despeito da mecanização e de um agronegócio que passa a imagem de um campo que produz sem a presença de trabalhadores, o número de resgatados do trabalho escravo nas monoculturas vem crescendo. A **cana-de-açúcar**, por exemplo, voltou a chamar atenção. Em relação às cadeias produtivas específicas de café e do milho, pelos dados disponíveis da CPT de 2015 até 2024, destacam-se:

Café: 134 casos, envolvendo 2.076 pessoas nas denúncias, com o resgate de 1.659 trabalhadoras e trabalhadores em situação de trabalho escravo. Foram identificadas 40 crianças submetidas às

mesmas condições de trabalho escravo;

Milho: 22 casos e 474 pessoas resgatadas, entre elas 14 crianças.

A cadeia produtiva da **soja**, comumente atrelada ou associada à produção do milho, em 2024 contabilizou 4 casos, em que foram resgatadas 31 pessoas. Já considerando os últimos dez anos, foram 44 casos e 442 pessoas resgatadas, com denúncias que evidenciam o envolvimento de 651 pessoas.

É sempre bom lembrar que a elite social e política de nosso país

também é formada pelos detentores do agronegócio, proprietários das grandes fazendas de café, das lavouras de milho e de campos de soja, tidos como grandes potencializadores da economia no Brasil e de outros países, ocultados ou negados como responsáveis por parcela considerável do trabalho escravo. A discriminação aos trabalhadores ocorre de vários modos, em especial pelo racismo, com expulsões de povos e comunidades de seus territórios, e a consequente redução das áreas produtivas de trabalho das comunidades tradicionais, como

quilombolas, indígenas e campos

nessas. Essas comunidades são forçadas a reduzir suas produções de alimentos que fazem parte da cultura alimentar do povo brasileiro como o arroz, o feijão e a macaxeira, por exemplo, para ampliar a produção da soja. Dessa forma, amplia-se o uso de agrotóxicos, a seca e a devastação de nossa sociobiodiversidade porque o Brasil se dedica a expandir grandes projetos econômicos, como o **Matopiba** ou o **Amacro**.

As fazendas de café, de milho e de soja se ampliam nas grilagens

de terras e com base no trabalho escravo. Com isso, essas áreas ficam bloqueadas, com restrição de acesso aos territórios.

Análise dos dados

Destacamos também a expansão do trabalho escravo em regiões de predominância dos biomas Cerrado, Mata Atlântica e na região do Rio da Prata.

Além disso, a análise dos dados sistematizados pela CPT aponta que alguns casos atribuídos pela fiscalização a diferentes tipos de trabalho, como os de catador de raízes e de palhas e roços de juquirá, por exemplo, podem ocultar a atividade principal em que podem estar inseridos, visto que não foi destacado que eram serviços preparatórios de áreas para o manejo da soja, de milho e de café. Esses ciclos estão presentes nas fazendas que geralmente são combinados também com a criação de gado.

Há fatores que contribuem para a permanência do trabalho escravo nos processos de manejo dos grãos, tais como os atravessamentos de raça, gênero, territorialidades e identificação social. A Campanha de Olho Aberto para Não Virar Escravo tem realizado o levantamento que indica que mais de 80% dos trabalhadores escravizados nas lavouras de café são pessoas negras, entre pretas e pardas, maioria homens.

Recomendações

Essa realidade do trabalho escravo nas lavouras é antiga e precisa ser combatida, por isso se faz necessário dialogar e construir ações exequíveis:

- Fortalecer a fiscalização, especialmente no calendário de colheita da cultura;
- Promover a conscientização sobre os direitos dos trabalhadores;
- Construir medidas de combate ao trabalho escravo e rupturas de injustiça social;
- Fortalecer a Campanha de Olho Aberto para Não Virar Escravo nos estados do país;
- Ampliar estudos sobre a prevalência do trabalho escravo nas diversas lavouras, considerando os cultivos, processamentos e a rede de comercialização;
- Estar atentos também à condição de trabalho escravo doméstico;
- Aplicação de multas, suspensões de comercialização, rompimentos de contratos, divulgação na lista suja, divulgação de medidas adotadas para reparação das vítimas. Cooperar para o exercício das penalidades definidas no código penal que devem ser aplicadas onde for flagrado trabalho escravo e realizar adequações conforme legislação trabalhista.



Tatiana Cardêal

Nos cafezais, desde o cultivo até o processamento, não se encontram informações transparentes sobre as condições de trabalho de quem faz o café chegar até nossas xícaras

VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA

AMEAÇA À VIDA

O outro lado do modelo de desenvolvimento agrário brasileiro: as violências deflagradas nos conflitos do campo em 2024

Se por um lado, houve queda no número de ataques violentos contra a pessoa, principalmente dos assassinatos, por outro, houve aumento exponencial do número de pessoas que sofrem esses tipos de violência, como as tentativas de assassinato e as ameaças de morte

Rafaela Pinheiro de Almeida Neves, Paula Vitória Moreti Soares e Karoline Santoro Souza
 Revisão: Carlos Henrique Silva
 comunicacao@cptnacional.org.br

O objetivo deste texto é debater quatro tipos de violências contra a pessoa (ameaças de morte, tentativas de assassinato, assassinato e prisões), dentre os mais de 20 tipos de violências contra pessoa categorizados pela CPT, deflagradas em conflitos do campo em 2024, e a partir de seu mapeamento, ter acesso a outras dimensões dos conflitos que caracterizam a atual dinâmica socioeconômica do espaço agrário brasileiro. A abordagem das violências nos dá acesso às categorias que causam os conflitos, nos levando a quem concentra terra e detém o poder político e econômico e suas estratégias violentas de expansão do território. Por outro lado, ela também revela as categorias que são alvo desses conflitos e suas práticas e lutas sociais de r-existência.

Os dados sobre a violência também envolvem outras dimensões dos conflitos, como as categorias que causam (fazendeiros, empresários, grileiros, Estado, madeireiras, mineradoras, garimpeiros, hidrelétricas etc) e aquelas que sofrem os conflitos (indígenas, quilombolas, sem terra, posseiros, pequenos proprietários, assentados etc).

Se por um lado, em 2024 houve uma queda no número de ataques violentos contra a pessoa, por outro, tem-se um aumento exponencial do número de pessoas que sofrem esses tipos de violência. No que tange às categorias que causam a violência contra pessoa, os **fazendeiros** são o principal vilão do campo brasileiro, ocupando o primeiro lugar no ranking das ameaças de morte, assassinatos, tentativas de assassinato e prisões dos últimos 10 anos e em 2024, seguidos dos **grileiros** e dos **empresários**. As categorias que mais sofrem essas violências nos últimos 10 anos são os posseiros, os trabalhadores rurais sem-terra e os indígenas.

Ameaças de morte - Os dados de ameaças de morte contabilizam **133** ataques em 2024. Se considerarmos a média anual dos últimos 10 anos (154,8), este ano apresentou uma queda de 14%, o terceiro

menor registro da série, ficando atrás apenas dos anos de 2021 e 2023, com, respectivamente, 100 e 132 ataques relacionados à ameaça de morte. Dos 1.548 ataques relacionados à ameaça de morte ocorridos entre 2015 e 2024, 556 (36%) são causados pelos fazendeiros. Em segundo lugar estão os grileiros com 376 ataques ao longo desses 10 anos. O terceiro lugar é ocupado pelos empresários (195). Em quarto lugar estão as madeireiras (145). Em quinto, está o Estado com 80 ataques, seguido dos garimpeiros (38), as mineradoras (37), e em oitavo e último lugar estão as hidrelétricas, envolvidas em 11 conflitos. Os **quilombolas** são as maiores vítimas das ameaças.

As ameaças de morte estão presentes em todas as regiões brasileiras, além de apresentarem a maior concentração de casos por município (44). Essas ocorrências são mais frequentes nas regiões **Norte** (43%) e **Nordeste** (42%). O estado do Maranhão lidera o ranking, registrando 373 ataques, seguido pelo Pará, com 291 ataques. Dentre os municípios com maior incidência de ameaça de



Tatiana Cardeal

As marcas da violência nos corpos causada pela contaminação dos agrotóxicos

morte, destaca-se **Porto Velho**, em Rondônia, onde os conflitos envolvendo posseiros e sem terra são recorrentes. Com a expansão da fronteira agrícola e a busca por áreas disponíveis para o cultivo de commodities, aliadas à crescente demanda por terras destinadas à pecuária e ao plantio de soja, houve o deslocamento do capital agropecuário para a região Norte e Centro-Norte, aumentando os conflitos agrários nestas regiões.

Assassinatos - Os casos de assassinato têm seu menor registro no ano de 2024, representando o maior número de assassinatos da década (13

vítimas). Mesmo com esta quantidade menor, 2024 foi um ano violento no campo brasileiro, principalmente quando consideramos a soma do número de pessoas ameaçadas de morte e que sofreram tentativas de assassinato, o maior dos 10 últimos anos. Nesse sentido, 2024 se apresenta como o ano de maior sensação de insegurança no campo brasileiro, o que impacta diretamente na qualidade de vida das populações do campo e povos e comunidades tradicionais. Os **indígenas** são os que mais sofrem assassinato e tentativa de assassinato.

Nos últimos 10 anos, 61% dos assassinatos se concentra-

ram na região Norte, com casos em todos os estados, sendo 94 no Pará e 91 em Rondônia. Destacamos o massacre de Pau D'Arco (PA) em 2017, em que dez trabalhadores rurais sem-terra (9 homens e 1 mulher) tiveram suas vidas brutalmente interrompidas pela violência no campo, em uma ação criminosa praticada por policiais militares e civis na Fazenda Santa Lúcia. A polícia do estado cometeu o maior crime no campo dos últimos

20 anos, desde Eldorado dos Carajás.

Prisões - O ano de 2024 totalizou 48 ataques relacionados a prisões. Nos últimos 10 anos, 497 ataques resultaram em prisões, sendo 52% na região Norte, com 132 casos apenas em Rondônia; 20% no Nordeste, sendo 42 ataques no Maranhão. Isso significa que 72% das prisões deflagradas em conflitos do campo estão concentradas no Norte e Nordeste brasilei-

ros. Os trabalhadores rurais sem-terra são os que mais são presos.

Tentativas de assassinato - É o único tipo de violência contra a pessoa que, em 2024, apresenta um número maior que a média, com **51** ataques. O maior registro da série ocorreu em 2017, com 109 ataques e o menor em 2020, com 18. Na última década, as tentativas de assassinato somam 480 ataques espalhados pelo território brasileiro, com 38% concentradas na região Norte e 33% no Nordeste. Em relação aos estados, Maranhão é o que apresenta maior concentração, com 103 ataques; seguido do Pará, com 90.

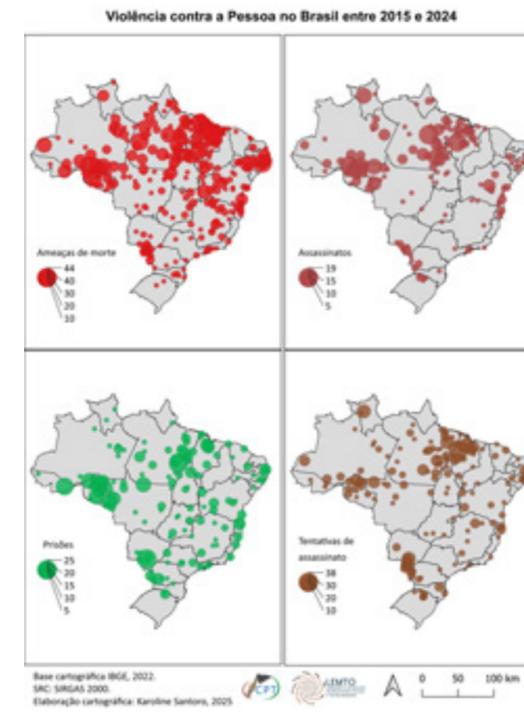
Mulheres vítimas de violência

Diante desse resultado, como não mencionar o assassinato de Maria Fátima Muniz de Andrade, **Nega Pataxó**, no contexto do "Movimento Invasão Zero"? Ela foi assassinada no estado da Bahia, ainda em janeiro de 2024. Assassinada a tiros, em um cenário no qual fazendeiros do "Invasão Zero", deliberadamente armados, se encontram nas imediações da fazenda Inhuma, a fim de promover, por conta própria, a reintegração de posse da pro-

priedade, retomada pelos indígenas. Além do assassinato da Nega Pataxó, um cacique e outra liderança indígena foram baleados. Esse é um dado que tem como pano de fundo a violência contra mulher em conflitos no campo.

Quando analisamos o quantitativo de ataques em cada tipo de violência pela diferença de gênero, temos a seguinte situação: (1) ameaça de morte, 393 ataques sofridos por mulheres e 1.049 por homens; (2) tentativas de assassinato, 85 por mulheres e 327 por homens; (3) prisões, 56 por mulheres e 410 por homens e (4) assassinatos, 37 por mulheres e 355 por homens. As mulheres, portanto, sofrem 20% das ocorrências de violência contra pessoa dos últimos 10 anos, enquanto os homens sofrem 73%.

A violência contra a pessoa é expressa não somente em números, mas na identidade das pessoas atacadas, violentadas e assassinadas. Não há estatística que expresse a violência sofrida pelos povos indígenas nos muitos brasis que analisamos. A cada denúncia toda a segurança de uma territorialidade é ferida, bem como seus costumes e modos de reprodução da vida.



Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduino-CPT | Elaboração: Estúdio Massa

Violências contra a pessoa causadas pelo Invasão Zero:

- TENTATIVA DE ASSASSINATO
- IMPEDIMENTO DE IR E VIR
- FERIMENTO E INTIMIDACÃO
- AMEAÇA DE PRISÃO
- CRIMINALIZAÇÃO
- ASSASSINATO



Maria Fátima Muniz de Andrade (Nega Pataxó)

Foi assassinada em 21/01/24, por um fazendeiro ligado ao movimento Invasão Zero, com apoio da polícia em uma ação articulada contra a retomada indígena Pataxó Há Há Hãe.

O caso da Nega Pataxó é emblemático e como fato dita os rumos de 2024, uma vez que foi o primeiro assassinato do ano, e pela ação do Invasão zero, que tem destaque como um dos principais agentes promotores da violência no campo em 2024.

GALERIA



PRESENÇA, RESISTÊNCIA E PROFECIA

Romper Cercas e Tecer Teias: A terra a Deus pertence! (cf Lv 25)

Presença da CPT

É sempre estar onde estiver
Caminhando em rede,
Sem ter hora de parar
Matando a sede de Justiça
E ajudando a alimentar.

Resistência é o caminho
Para quem quiser vencer
Por isso nós não desistimos
De andar junto com a CPT.

Profecia é seguir
O que está nos Teus mandamentos
Ajudando a quem precisa
Com o pão e alimentos
Junto com a CPT,
Trabalhando terra à dentro!

João Henrique Pereira

Ribeirinho brejeiro, membro do Coletivo de Povos e Comunidades Tradicionais do Cerrado do Piauí

Contribua com o trabalho da CPT, assine o Jornal Pastoral da Terra!

Assinatura Anual: R\$ 30,00 | Solidária: R\$ 50,00 | Exterior: US\$ 20,00

Dados para Depósito ou Transferência:

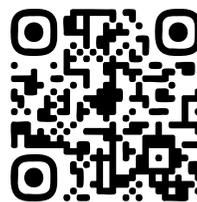
Comissão Pastoral da Terra
Caixa Econômica Federal
Agência 2234
Conta 578974105-0
Iban BR49 0036 0305 0223 4578 9741
050C 1 | SWIFT CEFXBRSP
PIX/CNPJ: 02.375.913/0001-18

Envie seu comprovante, endereço para envio do jornal, dúvidas e sugestões para:

E-mail:
sustentabilidade@cptnacional.org.br

WhatsApp:
(62) 99268.6837

CHEGA DE
ESCRavidAO
.ORG.BR



Comissão Pastoral da Terra

Correios

Impresso
Pode ser aberto pela ECT

Secretaria Nacional:
Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel,
1º andar, Centro. CEP
74.030-090 - Goiânia-GO

Impresso

Via Aérea